



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

TÁCIA GONÇALVES DA SILVA

**HISTORICIDADE DA IDENTIDADE AFRODESCENDENTE NA
EDUCAÇÃO ESCOLAR DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE
PARATIBE: um estudo de caso sobre o autorreconhecimento e o
racismo.**

JOÃO PESSOA-PB
2015

TÁCIA GONÇALVES DA SILVA

**HISTORICIDADE DA IDENTIDADE AFRODESCENDENTE NA
EDUCAÇÃO ESCOLAR DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE
PARATIBE: um estudo de caso sobre o autorreconhecimento e o
racismo**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura
em Pedagogia da Universidade Federal
da Paraíba.

Orientador/a: Profa. Dra. Suelídia Maria
Calaça

JOÃO PESSOA-PB
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

TÁCIA GONÇALVES DA SILVA

BANCA EXAMINADORA

Profa.Dr^a. Suelidia Maria Calaça
DME/ CE/ UFPB
ORIENTADORA

Prof.Dr^o.Olandil de Lima Moreira
DME/ CE/ UFPB
EXAMINADOR

Prof.Dr.^aQuezia Vila Flor Furtado
DME/ CE/ UFPB
EXAMINADORA

JOÃO PESSOA-PB
2015

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho à
minha Filha Rafaella,
ainda em meu ventre. A
ela toda minha
persistência e dedicação.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, autor de nossa existência, permitindo que todas as coisas se concretizem.

Aos que contribuíram direta e indiretamente para a construção dos meus valores como meu pai Aurenildo Gonçalves, minha mãe Maria Vaneide e meus irmãos Susane e Thiago.

Ao meu Marido Marcelo Lima, pela paciência e companheirismo.

Agradeço, em especial, a professora Suelidia Maria Calaça, pela sua orientação e dedicação, mostrando-me os passos acadêmicos a serem percorridos para que eu concluísse este trabalho.

Aos amigos do Quilombo de Paratibe, amizades construídas no decorrer do desenvolvimento deste estudo.

Aos mestres do passado, aos meus professores do Curso de Licenciatura em Pedagogia, aos meus amigos e a todos os que compartilharam seus conhecimentos nesta etapa da minha vida acadêmica.

E a minha amiga Vivianne pelo seu carinho e atenção.

RESUMO

O presente trabalho traz uma análise sobre a historicidade afrodescendente como importante instrumento de autorreconhecimento da identidade das crianças na escola da comunidade Quilombola de Paratibe. Para uma reflexão sobre a importância do estímulo à autoidentidade afrodescendente no convívio escolar, bem como a identificação das dificuldades relacionadas à ausência dos conteúdos afrodescendentes na educação. Apresentando como objetivos a exposição sucinta da história dos afrodescendentes e dos quilombos no Brasil, a compreensão do processo do autorreconhecimento da identidade afrodescendente na Educação como instrumento de combate ao racismo, e por fim, a identificação do âmbito escolar como um espaço de construção da historicidade afrodescendente, para o incentivo ao autorreconhecimento da identidade negra. A metodologia utilizada se deu a partir da pesquisa qualitativa através do levantamento bibliográfico e pesquisa de campo. Com técnicas de observações, entrevistas semiestruturadas e análises do projeto político pedagógico e o projeto extracurricular da escola Municipal que abrange o quilombo de Paratibe. Trazendo como principais teóricos Wieviorka (ANO), Serrano e Bejamim. Conclui-se, a partir dos resultados da pesquisa, que a escola contribui no processo de ensino aprendizagem dos alunos no que diz respeito aos temas que abordam o ensino da cultura e história do negro, porém o incentivo pode ocorrer ainda mais forte de forma gradativa.

Palavras-Chaves: Historicidade afrodescendente. Autoidentidade. Escola. Estímulo.

ABSTRACT

This work proposes an analysis of the historicity of African descent as an important instrument of the self-identity in child in Paratibe's Quilombola community in the scholar's purview. For a reflection for the importance of the stimulus to self-identity of African descent in the scholar's scope, as also the identification of the difficulties related to the absence of this contents in the education subject. Showing as objectives, the exposition of African descent's history and quilombos in Brazil; the understanding of the self-identity process in education as a combat instrument to racism; and the identify schools as an ambit to construct the historicity of African descents, to target the self-identity of blacks. The adopted methodology was a bibliographic and qualitative research, using bibliographic and field research. Using observation techniques and semi-structured interviews, the whole study was based in the Politic and Pedagogic Project and the Extracurricular Project. This research was developed in the Municipal School of Paratibe's quilombo, following the theoretical progress by the authors Wieviorka, Serrano and Bejamim. The results of this investigation, show that the schools have a contribution in the daily learning process of the students about the topic of colored people history and culture, however this incentive could be applied in a strongly way gradually.

Keywords: African descent historicity. self-identity. school. Incentive.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. HISTORICIDADE E AFRODECENDÊNCIA	12
2.1 A QUESTÃO DA IDENTIDADE.....	14
2.2 CLASSIFICAÇÕES ÉTNICAS RACIAIS E IDENTIDADES.....	15
2.3 RACISMO: CONTEXTO HISTÓRICO E ATUALIDADE OS QUILOMBOS DO BRASIL.....	18
2.4 RELAÇÕES ÉTNICA-RACIAIS E EDUCAÇÃO.....	23
2.5 OS QUILOMBOS DO BRASIL	25
2.5.1 QUILOMBO DE PARATIBE	26
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	29
3.1 PROBLEMA	29
3.2 HIPÓTESES.....	29
3.3 OBJETIVOS.....	29
3.3.1 Objetivo geral	29
3.3.2 Objetivos específicos	30
3.4 O CAMPO DE PESQUISA.....	30
3.5 OS SUJEITOS	30
3.6 OS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	31
3.7. A ANÁLISE DOS DADOS	32
4. AUTOIDENTIDADE: a historicidade da identidade afrodescendente na comunidade quilombola de Paratibe II	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo geral apresentar uma análise da historicidade afrodescendente como importante instrumento de autorreconhecimento da identidade das crianças na escola da comunidade quilombola Paratibe no Estado da Paraíba.

O tema historicidade afrodescendente e o autorreconhecimento da identidade das crianças na escola de Paratibe representa um caminho de reflexões sobre uma realidade educacional e social da educação de crianças quilombolas no Brasil, especificamente, da citada comunidade remanescente.

A justificativa da escolha desse tema se deu diante do interesse pessoal da pesquisadora em estudar sobre o ensino da historicidade afrodescendente das crianças em Paratibe. Para tanto, a pesquisadora foi a essa comunidade e indagou a um de seus membros como poderia ajudar a comunidade no âmbito escolar por meio deste Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Após uma conversa informal, o membro da comunidade sugeriu que fossem investigadas as prováveis causas sobre o porquê das crianças do quilombo que estudavam na escola não queriam pertencer àquela comunidade e muito menos desejavam ser negras.

Assim, este TCC traz a seguinte problemática: verificar se há ou não o autorreconhecimento de crianças negras da comunidade quilombola de Paratibe - PB como afrodescendentes no âmbito escolar. Outros questionamentos foram surgindo como: Por que muitas crianças, que fazem parte da comunidade quilombola, não querem a ela pertencer? O que a comunidade escolar está fazendo e/ou pode fazer para amenizar ou extinguir o próprio preconceito por parte das crianças? Quais atividades pedagógicas poderiam ajudar a escola ampliar a historicidade africana na vida escolar dos alunos?

O presente estudo foi desenvolvido em quatro capítulos, objetivando-se analisar a historicidade afrodescendente como importante instrumento de autorreconhecimento de crianças brasileiras, em especial, daquelas que vivem na comunidade quilombola de Paratibe.

No primeiro capítulo, encontra-se a apresentação do estudo. No segundo capítulo, inicialmente, apresenta-se de forma sucinta a história dos

afrodescendentes, mostrando a relação histórica e cultural entre o Brasil e a África, além de como a cultura africana e a história do negro são ensinadas nas escolas. Argumenta-se que a cultura negra no Brasil não pode ser vista apenas restrita à escravidão, mas aos costumes do povo negro como a arte, a dança, o vestuário, as comidas e a religião, fatores que participaram da construção da identidade cultural do Brasil.

Na época do Brasil colonial, a exclusão dos negros estabeleceu um contexto de racismo, no qual a cultura e o poder político e econômico dominantes eram dos povos europeus. Com o tempo, o Brasil tornou-se um país totalmente mestiço, no entanto, apesar da atual sociedade democrática brasileira buscar, juntamente com o governo, mecanismos de conscientização e de transformação da sociedade sobre a valorização da cultura do povo negro, o racismo faz-se presente. Diante disso, ainda no segundo capítulo, busca-se compreender o processo do autorreconhecimento da identidade afrodescendente na Educação como instrumento de combate ao racismo, e identificar o âmbito escolar como um espaço de construção da historicidade afrodescendente.

Compreende-se, neste estudo, que a identidade é um termo que está relacionado à caracterização de um indivíduo, e que toda identidade é uma construção histórica. Este é um ponto de reflexão ainda no segundo capítulo.

Por fim, ainda no segundo capítulo, observa-se que educadores brasileiros vêm se preocupando com a conscientização de crianças, jovens e adultos sobre a diversidade cultural brasileira, bem como a valorização da historicidade afrodescendente na escola. Os descendentes negros que vivem nos quilombos espalhados pelo Brasil se deparam com a exclusão social, por isso, práticas pedagógicas precisam ser revistas, e os professores precisam valorizar personagens negros em diferentes funções sociais. Desse modo, verifica-se, em alguns casos, que a escola, apesar de ser uma instituição importante na formação cidadã das crianças que a frequentam, não contribui de forma positiva para o reconhecimento da afrodescendência dos estudantes.

O terceiro capítulo é sobre a metodologia de pesquisa, no qual se formula a problemática da pesquisa na comunidade quilombola de Paratibe e apresenta-se o quilombo de Paratibe como o campo desta pesquisa. Ainda

neste capítulo, se fala também sobre as entrevistas, instrumentos de coleta de dados e os dados da pesquisa.

Recentemente, o debate a respeito da educação quilombola ganha mais relevância política na sociedade brasileira, destacando-se a importância do estímulo à autoidentidade afrodescendente no âmbito escolar nas comunidades quilombolas.

Por fim, o quarto capítulo traz a análise dos dados coletados no decorrer da pesquisa, avaliando as entrevistas que foram realizadas na Comunidade de Remanescentes do Quilombo de Paratibe, ressaltando, dessa forma, a autoidentidade e a historicidade da identidade afrodescendente na comunidade quilombola de Paratibe II.

2 HISTORICIDADE DA AFRODECENDÊNCIA

O Continente Africano possui mais de 30 milhões de quilômetros quadrados, sendo constituído por importantes rios, ilhas e arquipélagos, e tem sido habitado por vários povos há milhões de anos, carregando consigo uma vasta diversidade cultural a exemplo de diferentes religiões, culinárias, línguas, indumentárias, danças, nacionalidades e raças, dentre as quais, se destaca o povo negro.

Quando se observa os fatos históricos, encontra-se a relação entre o Brasil e a África que foi estabelecida por meio da escravidão de negros. No século XVII, por exemplo, a primeira embarcação de população negra chega ao Brasil, e boa parte dela foi direcionada para as regiões Nordeste e Sudeste a fim de se trabalhar nas lavouras de cana de açúcar. Esse processo garantiu aos senhores de engenho e latifundiários um grande patrimônio, enquanto, em precárias condições de vida, coube ao povo negro, em sua diversidade, criar estratégias para reverenciar seus ancestrais, proteger seus valores, manter e recriar vínculos com seu lastro histórico, a África Genitora. (LUZ, 1997).

Durante séculos, muitos escravos negros foram traficados da África para outras regiões e em diferentes continentes. Os negros eram transportados em navios de forma irregular e em condições precárias. Muitos morriam antes mesmo de chegar à terra e os que conseguiam desembarcar eram transportados para o mercado para negociação.

Até 1888, ano historicamente oficial da Abolição da escravidão no Brasil, por meio da chamada Lei Áurea, a população negra escravizada vivia a experiência de ter seus poucos direitos assinalados em vários documentos oficiais e sob a tutela dos senhores de terra e do Estado (CHALHOUN, 1997; MATTOS, 1997).

A escravidão negra estruturou economicamente o Brasil colônia por meio do rentável comércio de negros, o chamado périplo africano. Antes disso, havia a escravização dos índios, mas foram os negros que tornaram os ganhos econômicos mais significativos, pois os escravos, trazidos da África, eram mais resistentes ao trabalho do que os índios. Havia, portanto, uma preferência pelos negros que possuíam mais habilidades e dominavam melhor a agricultura.

O Brasil tornou-se, então, um país totalmente mestiço, possuindo uma vasta multiplicidade cultural, racial e étnica, e a atual sociedade democrática brasileira, consciente dos direitos humanos de seus cidadãos, vem buscando, juntamente com o governo, mecanismos de conscientização e de transformação da sociedade sobre a valorização da cultura do povo negro.

Como em qualquer país de sistema capitalista, nosso país oferece à sua sociedade possíveis mobilidades sociais de acordo com a posição econômica do indivíduo, mas, infelizmente, observa-se que as pessoas negras que passam por essa mobilidade social ainda estão sujeitas à discriminação racial. Os acontecimentos de descriminação são constantes em nosso meio, sendo divulgadas nos meios de comunicação como em jornais, TVs e rádios, diversas notícias que revelam situações do dia a dia em que pessoas públicas, artistas, jogadores de futebol e cidadãos, considerados bem sucedidos, que possuem um nível social elevado, sofrem com o racismo. Além disso, constata-se também uma discriminação velada.

A dança negra, como a capoeira, que é elemento da cultura afrodescendente, é discriminada por muitas pessoas em nossa sociedade, mas é valorizada fora do Brasil. Exemplo disso são os brasileiros negros que praticam capoeira e se especializam em danças típicas de regiões brasileiras mais pobres e que são contratados para trabalhar em países estrangeiros, ganhando bons salários. Desse modo, muitos negros ainda lutam para adquirir espaço e respeito na sociedade brasileira.

Por fim, observa-se que os negros que reconhecem sua identidade, ainda lutam para solidificar sua cultura, contar sua história, além de transmiti-la para seus descendentes. Com as leis citadas, a identidade negra que vinha sendo ameaçada pela ocultação da historicidade da África vem, aos poucos, se estabelecendo, pois, hoje, o negro tem oportunidade de dar continuidade à sua cultura. Infelizmente, ainda existe resistência ao reconhecimento cultural africano no Brasil e as lutas para que essa identidade se fortaleça deve continuar a fim de assegurar a educação afrodescendente no Brasil.

2.1 A QUESTÃO DA IDENTIDADE

Com a chegada da pós-modernidade, na década de 80, final do século XX, o tema das identidades veio à tona na História, apesar de não ser um tema novo nas Ciências Humanas, pois já se encontrava nos estudos da Psicologia e da Antropologia.

No Brasil, a identidade é um tema que vem ganhando espaço na sociedade por meio de discussões sobre a compreensão do homem, suas relações com o mundo, suas diferentes culturas e raças. E os educadores brasileiros vêm se preocupando com a conscientização de crianças, jovens e adultos sobre a diversidade cultural brasileira.

O termo identidade pode significar: “[...] algo como uma compreensão de quem somos, nossas características definitórias fundamentais como seres humanos.”¹ Ou seja, está relacionado à caracterização de um indivíduo. Por outro lado, pode-se compreender a diversidade, considerando-se diferentes áreas da ciência como a Filosofia, a Antropologia, a Sociologia, dentre outras.

A palavra identidade pode ser usada, por exemplo, em diferentes expressões como identidade cultural, identidade nacional, e identidade étnica. A partir da visão da Sociologia de que cultura “é um conjunto de características que um indivíduo aprende ou herda em seu convívio social” (TAYLOR, 2000, p. 241), a identidade cultural é vista como um conjunto de valores que adquirimos no decorrer da vida. A diferença da identidade cultural entre as pessoas reside no fato de que algumas vivem com base nas experiências de sua religiosidade e outras com base na sua visão científica ou objetiva do mundo.

Ainda conforme a Sociologia, a identidade nacional é considerada um somatório de valores culturais resultante da vivência de um povo, formando um perfil diversificado, contudo, hegemônico, baseado em habitante (homem), território, instituições, língua, costumes, religiões e história comuns. Esta identidade encontra-se relacionada à identidade cultural.²

¹Disponível em: <<http://www.alunosonline.com.br/sociologia/identidade-cultural.html>> Acesso em: 10.10.2015

² Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.com/sociologia/identidades-nacionais-etnico-raciais-diferencas-culturais.htm>> Acesso em: 08.11.2015

Com base em uma visão filosófica, se pode destacar aqui a definição de identidade conforme Dominique Wolton (apud SILVA;2006):

[...] é um sistema de representações que permite a construção do "eu", ou seja, que permite que o indivíduo se torne semelhante a si mesmo e diferente dos outros. Tal sistema possui representações do passado, de condutas atuais e de projetos para o futuro. Da identidade pessoal, passamos para a identidade cultural, que seria a partilha de uma mesma essência entre diferentes indivíduos. (WOLTON apud SILVA; SILVA, 2006, p.01)

A sociedade vive em constante movimento e em processo de mudanças, conseqüentemente, novas identidades pessoais são construídas. Como o meio influencia o ser humano, este desenvolve sua capacidade de reflexão e de criticidade, adotando fragmentos de variadas identidades que lhes acomodem melhor. Assim, para a delimitação da construção identitária, o indivíduo precisa se sentir completo, satisfeito com sua escolha, e este processo não acontece em curto espaço de tempo, mas de forma prolongada e reflexiva.

Desse modo, considerando que toda identidade é uma construção histórica, estudiosos sobre o assunto acreditam que a globalização aproximou culturas e costumes, ou seja, identidades diferentes. Até os meados dos séculos XX, as identidades eram mais conservadoras, mas, em pleno século XXI, a aproximação e vivência com outras culturas possibilitaram ao indivíduo a se adaptar a várias delas, passando a sofrer com as crises de identidades culturais, sexuais, étnicas, raciais e nacionais.

De fato, “a constatação da diversidade humana, sua multiplicidade de origens e o processo de construção da identidade de indivíduos e grupos, tem se constituído como um dos grandes dilemas do período conhecido como modernidade”. (PETRUCCELLI *et. al.*, 2013, p. 17)

2.2 CLASSIFICAÇÕES ÉTNICAS RACIAIS E IDENTIDADES

Segundo Petruccelli *et. al.* (2013), no decorrer da História do Brasil, ocorreram recenseamentos que mostravam algumas classificações étnicas raciais. No primeiro Recenseamento, em 1872, foi estabelecido um sistema de classificação da cor, obtendo-se as seguintes categorias: branco, preto, pardo e caboclo. No segundo recenseamento, realizado em 1890, trocou-se o termo

pardo por mestiço na classificação, e, naquela época passou-se das doutrinas racistas para a ideia de mestiçagem de raças. Houve ainda os recenseamentos de 1900 e 1920, mas neles não foi incluída a classificação racial, não sendo realizada a operação censitária prevista para 1910. Na segunda metade do Século XIX, explica esse autor:

[...] é impulsionada no país uma política de imigração seletiva, ou seja, não de qualquer origem, mas privilegiando a europeia, ou “caucásica”, no dizer dos norte-americanos. Buscam-se, assim, suíços, alemães, nórdicos, de preferência; tempos depois, aceitam-se, não sem certa relutância, italianos, espanhóis, menos valorizados, mas, do ponto de vista da época, “ao menos, brancos”. Este projeto de branqueamento da população brasileira representa a outra face da ideologia da mestiçagem. Ideologia que sustenta o mito do encontro das três raças fundadoras da população brasileira e que se traduz numa celebração abstrata. (PETRUCCELLI et. al., 2013, p.23)

E no início do Século XX, as propostas de construção de uma identidade nacional estavam centradas na tentativa de se eliminar os problemas com negros e índios, através da miscigenação deles com o grupo branco ou não se dava a devida importância para as condições de reprodução destes grupos raciais.

No Censo Demográfico de 1940, aceitava-se, como resposta à classificação racial, os termos de branco, preto e amarelo; mas não aparecia a categoria parda nem qualquer outra referida à mestiçagem. Observando-se a valorização não mais dos tipos raciais originários, mas as tonalidades de pele.

Os Censos Demográficos de 1950 e 1960 reincorporaram o grupo pardo à categorização de cor, e, em 1991, a categoria indígena voltou a ser reintroduzida na classificação, depois de 101 anos de ausência. Em 2000 e 2010, encontram-se, novamente, as cinco categorias atualmente utilizadas nas pesquisas: branca, preta, amarela, parda e indígena. No Censo Demográfico de 2010, as pessoas que se identificaram como indígenas foram indagadas a respeito de sua etnia e língua falada. (PETRUCCELLI et. al., 2013)

As classificações étnicas raciais e de identidades sempre promoveram questionamentos a respeito da concepção de raças e sobre a identidade do povo brasileiro, porém, esse fato se intensificou com a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001. Assim, aumentou o

número de debates, inclusive institucionais, revelando a preocupação com as classificações de cores e raças no Brasil.

Nos últimos anos, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE tem realizado entrevistas domiciliares, utilizando questionários para obter informações sobre a caracterização e a autodefinição étnico-racial dos brasileiros. A pesquisa sobre o sistema de classificação étnico-racial brasileiro surgiu da necessidade de estudar, de forma abrangente e aprofundada, o significado, a construção e a utilização destas categorias. Para tanto, foram feitas consultas com representantes dos movimentos negro e indígena, pesquisadores, órgãos estaduais e outros usuários das informações derivadas da classificação de cor ou raça.

Segundo dados do IBGE, a pesquisa realizada em 2008 teve como objetivo compreender melhor o atual sistema de classificação da cor ou raça. Esse sistema de classificação da cor ou raça foi utilizado nas pesquisas domiciliares do IBGE para o seu aprimoramento. Dentre seus objetivos específicos destacam-se: ampliar o espectro de compreensão das categorias nas estatísticas oficiais em relação às questões étnico-raciais; fornecer novos elementos de interpretação para possíveis alternativas de aprimoramento do atual sistema de classificação étnico-racial; levantar as denominações correntes de cor, raça, etnia e origem, de forma mais abrangente e completa, tanto do ponto de vista da composição étnica da população como das diversidades regionais; e correlacionar os níveis de instrução e a posição na ocupação da população entrevistada com os dos pais, segundo os grupos de cor ou raça.

A pesquisa também objetivou levantar a informação de cor ou raça dos pais da pessoa entrevistada, ainda que obtida de forma indireta. Estas informações contribuem para um melhor discernimento da configuração de alguns grupos raciais mais sujeitos a ambiguidades, como o da categoria “parda”, mas também o da “branca” e, eventualmente, também de outras categorias. Cabe sinalizar finalmente que, apoiados na fundamentação de diversos pesquisadores e especialistas na área de relações raciais no Brasil, foi incluído na pesquisa um quesito no qual o entrevistador procede à classificação do entrevistado segundo a cor ou raça, o que se conhece como

heteroatribuição da pessoa entrevistada, de forma aberta ou sem pré-codificação.

2.3 RACISMO: CONTEXTO HISTÓRICO E ATUALIDADE

Nos Séculos XV-XVI, as grandes navegações propiciaram o encontro entre povos e nações muito diferenciados, gerando, consequentemente, relações de poder e dominação em relação aos povos submetidos nos processos de conquista e também o desenvolvimento de discursos e doutrinas cujos fundamentos ideológicos e políticos atendiam aos interesses dos povos europeus.

No século XVIII, o progresso do conhecimento ocorreu devido ao período do Iluminismo, e o desenvolvimento da ideia e da ideologia da raça coincidiu com a ascensão da ciência nas culturas americana e europeia.

A Revolução Industrial inglesa, se por um lado provocou a necessidade crescente de força de trabalho, desenvolvendo a ideologia do “trabalho livre”, por outro lado, junto com o processo de independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa, intensificou a escravidão na segunda metade do Século XVIII, e neste ponto, a ideologia racial servia para justificar a negação de direitos aos escravos, defendendo que os negros era um grupo “subumano”, baseado em diferenças “naturais”, identificáveis por características externas. (PETRUCCELLI et. al., 2013,p.19)

Segundo Rainer (2015), nas origens da sociedade colonial, o nosso país ficou marcado pela questão do racismo e, especificamente, pela exclusão dos negros, ou seja, é a partir desse passado que se pode observar como o brasileiro lida com a questão racial. É bem verdade que o conceito de raça em si é inconsistente, já que do ponto de vista científico nenhum indivíduo da mesma espécie possui características biológicas (ou psicológicas) singulares³.

O termo raça, derivado do Italiano *rasa*, pode ser encontrado desde 1180, existindo no Castelhana Antigo o termo *raça* [sic] para designar defeito

³SOUSA, Rainer. Disponível em:<<http://www.brasilecola.com/historia/democracia-racial.htm>> Acesso em: 13.10.2015.

num pano, desgaste ou enfraquecimento. Em 1335, o termo teve o significado de defeito ou culpa, explica Petruccelli (2013).

Pode-se dizer que no Século XVIII, as tentativas de classificação dos diferentes grupos de seres humanos na cultura ocidental, com caráter mais descritivo e empírico deram certo, sendo usadas características morfológicas para fazer a categorização, destacando-se fatores como cor da pele, forma e tamanho do indivíduo, e como terceira característica “traços morais”, ou como se diz nos dias atuais, os perfis psicológicos e sociais. No Século XIX, havia uma concepção de ‘raça’ baseada em uma diversidade biológica inscrita no corpo, e, no Século XX, os cientistas buscaram erradicar do termo raça do discurso científico. (PETRUCCELLI, 2013).

Pode-se chegar à compreensão de que raça é:

[...] uma categoria socialmente construída ao longo da história, a partir de um ou mais signos ou traços culturalmente destacados entre as características dos indivíduos: uma representação simbólica de identidades produzidas desde referentes físicos e culturais. Na utilização desta categoria de análise, não se trata do grupo social cujo fundamento seria biológico, mas de grupo social reconhecido por marcas inscritas no corpo dos indivíduos (cor da pele, tipo de cabelo, estatura, forma do crânio etc.) (GARCIA, 2006 *apud* PETRUCCELLI, 2013).

Para Cordélia (2007), o termo raça vem do latim *ratio*, termo usado para categoria, espécie ou descendência e que, a partir de 1800, passou a ser usado para diferenciar grupos humanos. Esse termo é proveniente do “racismo científico,” uma corrente de pensamento que defendia três pontos principais: “a) grupos humanos eram classificados objetivamente como plantas ou animais; b) continuidade entre aspectos físicos e morais; a divisão entre “raças” correspondia à divisão entre culturas; c) os aspectos raciais e étnicos determinavam o comportamento”.

Assim, segundo Cordélia (2007), pode-se dizer que o termo raça é visto sob duas formas de pensamento: um baseado em aspectos estritamente biológicos como o fenótipo, e outro em que se considera o aspecto social. Este último fica evidente quando se observa que expressões relacionadas à cor e à raça são construídas de modo relacional e situacional. Por exemplo, os termos como negro, mais escuro, preto e mulato, estão relacionados com as

afinidades existentes entre os interlocutores, à posição social, à faixa etária e a valores, como respeito e autoridade.

Observando-se a relação entre os termos raça e racismo, a antropóloga americana Ruth Benedict (1942 apud WIEVIORKA, 2007) afirma que:

[...] a raça é uma classificação baseando em traços hereditários que constitui um domínio da pesquisa científica, enquanto o racismo é um dogma contrário a toda demonstração científica, “o dogma segundo o qual um grupo étnico está conectado por natureza à inferioridade congênita e outro grupo está destinado à superioridade congênita”. (BENEDICT, 1942 apud WIEVIORKA, 2007)⁴

Assim, a concepção de raça segue uma compreensão científica a partir de traços biológicos e físicos, enquanto o racismo se baseia em ideias preconcebidas, destituídas de um fundamento científico.

O contexto histórico do racismo está diretamente ligado à escravidão, momento em que a cultura e o poder político e econômico dominantes eram dos povos europeus. Mas, no Brasil atual, o racismo faz-se presente ora de forma sutil, ora por meio de palavras e ações que geram desrespeito, indignação, humilhação e até violência.

Faz parte do senso comum dos brasileiros, o pensamento de que o Brasil, por ser um país democrático, não possui racismo. No entanto, o preconceito contra os negros e seus descendentes existe, às vezes, disfarçado de brincadeiras. E esse racismo é um tipo de racismo que não é evidente ou mensurado, por isso a dificuldade de se comprovar sua existência.

Segundo o PNUD-Brasil (2005 apud CORDÉLIA, 2007, p.3), “o discurso racial tem sido usado para manipular ideologicamente as diferenças fenotípicas entre os grupos humanos e legitimar a dominação de raças supostamente superiores”. O racismo passa a diferenciar não a inferioridade biológica, mas a diferença cultural na legitimação do discurso racista. Para Cordélia (2007), o discurso racista causa um “silenciamento em relação à cor/raça/etnia em nossa sociedade”.

[...] é cercado de “cuidados” ou “pudores” que levam a eufemização (ou até apagamento) de termos relacionados à etnia/cor/raça, causando, com isso, o apagamento do negro e de seu papel na sociedade e, como consequência, o enfraquecimento de sua identidade étnico-racial. (CORDÉLIA, 2007, p.3)

⁴A primeira edição de WIEVIORKA foi em 1946.

O racismo no Brasil é um tema a ser discutido abertamente nos meios educacionais, pois os problemas provenientes da falta de valorização da cultura dos afrodescendentes enfrentados pelos negros no decorrer da história na sociedade brasileira estão nas escolas, nos trabalhos, nas casas e ruas.

O racismo existe e é frequente, porém, se pode combatê-lo por meio da educação e da conscientização sobre os malefícios que ele propaga a todos, lutando-se por uma transformação social justa e igualitária.

A preocupação da ação racista também parte do meio escolar. Pois a mesma seria responsável em oferecer às crianças um ambiente saudável, capaz de assegurar a participação social completa e igualitária a todos na sociedade.

Diante da globalização e da diversidade cultural, buscam-se novos instrumentos de luta contra o racismo que agora ganha espaço nas televisões, nas mídias sociais, nas escolas, atingindo de forma violenta a mente das pessoas, principalmente, das crianças.

Importante ressaltar a diferença de racismo e preconceito, este é uma ideia preconcebida sobre algo, mas que não tem fundamento lógico algum. Os preconceitos correm contra pessoas, grupos de pessoas, religião, mulheres, homossexuais, etc. São ideias que desrespeitam a dignidade humana ou os direitos humanos. O racismo é um tipo de preconceito, mas está direcionado aos valores culturais de uma raça. O racismo se insere na dinâmica socioeconômica do século XXI, como afirma Ianni (2004):

É assim que o mundo ingressa no século XXI debatendo-se com a questão racial, quanto a intolerância religiosa, contradição natureza e sociedade, as hierarquias masculino-feminino as tensões e lutas de classes. São dilemas que se desenvolvem com a modernidade, demonstrando que “desencantamento do mundo”, como metáfora do esclarecimento e emancipação, continua ser desafiado por preconceitos e superstições, intolerância e racismo, irracionalismo e idiosincrasias, interesses e ideologias (IANNI, 2004,p22)

No Brasil, o dia 21 de março é celebrado como Dia Internacional contra a Discriminação Racial. Como o Brasil é um país que contém uma vasta mistura racial, as incidências de racismo acabam sendo vastas e evidentes, sendo necessário combatê-lo.

Notícias atuais, em jornais e televisões, revelam como está o nível do racismo em nosso país. A título de exemplo, em agosto de 2014, de acordo

com a SEPPIR (Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial)⁵, secretaria do Governo Federal, com *status* de ministério, o número de denúncias de racismo dobrou nos últimos anos, indicando que as denúncias aumentaram pela indignação da sociedade que está mais consciente a esse respeito. Apesar desse aumento, são poucos os casos que chegam às instâncias superiores da Justiça, como o STF (Supremo Tribunal Federal), isto porque, em sua grande maioria, as vítimas preferem fazer acordos com os agressores ainda na Justiça de primeira instância. Em julho de 2015, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa mandou mensagens de apoio à jornalista Maria Júlia Coutinho, do Jornal Nacional, da TV Globo, que foi alvo de racismo no Facebook, quando internautas escreveram *posts* pejorativos sobre a cor da pele da repórter.

Diante disso, é importante que o racismo seja combatido. É necessário se valorizar a identidade negra e combater ações de discriminação e preconceito para se alcançar uma sociedade racialmente justa. E a educação é um caminho mais seguro que se tem para a formação de brasileiros éticos e cidadãos de bem.

O passado escravista, a abolição e inclusão social, justifica hoje a necessidade de políticas de reparação, como as leis de cotas e a própria lei de obrigatoriedade do ensino da história africana e da cultura afrobrasileira.

A cor ou raça (preto, pardo, branco, amarelo ou indígena), autodeclarada no Censo Demográfico ou em outras pesquisas, não revela a identidade ancestral, apenas se relaciona à cor da pele e a outras características físicas. É nesse momento que a escola se torna fundamental para mostrar a identidade racial de maneira afirmativa.

Práticas pedagógicas precisam ser revistas, os professores precisam valorizar personagens negros em diferentes funções sociais, incorporando artistas, escritores e cientistas africanos e afrodescendentes no planejamento das aulas. Por meio desse contato, os alunos de diferentes raças passam a considerar natural a presença de afrobrasileiros em cargos de chefia ou como importantes pensadores.

⁵Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/articulacao/sinapir>> Acesso em: 30.08.2015

Além disso, no âmbito escolar, quanto aos descendentes negros que vivem nos quilombos espalhados pelo Brasil, a exclusão social ainda permanece, mesmo após a Abolição da escravidão. Recentemente, o debate a respeito da educação quilombola ganha mais relevância política na sociedade brasileira, pelas ações afirmativas dirigidas pelo Estado à população afrodescendente, enquanto resultado das lutas e contradições político-sociais. Essas ações afirmativas estão servindo como instrumento de superação dessa educação tradicional e arcaica ainda fortemente presente nas escolas quilombolas adotando como suporte legal a Lei 10.369/033.

2.4 RELAÇÕES ÉTNICA–RACIAIS E EDUCAÇÃO

A educação da cultura africana e da história do negro nas escolas é um passo essencial para que a cultura negra no Brasil seja ensinada não apenas observando-se fatos históricos como a escravidão, mas também mostrando os costumes desse povo como a arte, a dança, o vestuário, as comidas, a religião, etc.

Esses ensinamentos oferecem subsídios de qualidade, capazes de auxiliar os alunos a compreenderem melhor o processo de sua identidade nacional. Portanto, a valorização da historicidade afrodescendente na escola ajuda na construção da autoidentidade e na construção da autoestima, principalmente de crianças que sofrem com atitudes racistas e que acabam se afastando do seu contexto cultural e da sua história.

A Lei 10.639/03 que obriga o estudo da História e da Cultura Afro-Brasileira no Ensino Fundamental e Médio nas escolas brasileiras tem como objetivo mostrar o importante papel do negro na formação social, cultural e econômica do nosso país.

Essa proposta vai de encontro à ideia de que muitos brasileiros têm em atribuir a construção histórica do Brasil apenas a Portugal, não observando a participação de outros povos como os negros africanos, os holandeses, os italianos, e até mesmo os índios. Essa atitude prevalece em relação à nossa

língua que é lusa, e parte da língua africana foi perdida no processo de escravização dos grupos étnicos originários da África.

Além disso, apesar de algumas línguas terem sobrevivido em terreiros, elas são vistas de forma negativa como erros. De fato, as pessoas precisam compreender que a identidade negra não está firmada apenas na pigmentação da pele, mas também ao pertencimento étnico, do comportamento e da cultura afrodescendente.

Na educação superior, por exemplo, desde 2000, que no Brasil aumentaram as discussões sobre a existência de cotas nas universidades federais, ou seja, uma quantidade de vagas reservadas e estabelecidas especificamente para estudantes negros. A partir do Decreto no. 7.824/2012, a criação dessas cotas se concretizou, tendo como objetivo dar acesso à população negra em nosso país que, devido a problemas de ordem econômica, não conseguia alcançar vagas nas universidades públicas.

Enquanto muitos apoiam e colocam pontos positivos nesse processo de democratização do acesso, outros criticam, utilizando-se diferentes argumentos como, por exemplo, o de considerarem as cotas como uma forma de racismo, ou de se ter dificuldades em distinguir quem de fato são negros no Brasil, ou ainda que as cotas revelam uma preferência à questão social em vez do racial, por fim, dizem ainda que esta política seria apenas um método paliativo para que o negro tenha acesso à universidade pública. Observa-se que existem discursos com valores elitistas, outros que pregam uma continuidade da elite negra, mas há poucos discursos que revelam a consciência cidadã.

Outros programas e ações auxiliam neste processo no acesso de certos grupos na concorrência com o resto da população. É um caminho que visa a redução da exclusão e discriminação: Programa Bolsa Permanência que destina auxílio financeiro ao estudante cotista, visando assegurar sua permanência no curso de graduação; Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento que contempla estudantes negros, indígenas, pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, beneficiários de programas de ações afirmativas como a Lei de Cotas, Programa Universidade para Todos (ProUni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Visa oferecer experiências educacionais internacionais, nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, formação de

professores, combate ao racismo e promoção da igualdade racial; Programa Universidade para Todos (ProUni) bolsas para estudantes de graduação que ingressarem em instituições de ensino superior particulares.

2.5 OS QUILOMBOS DO BRASIL

Os quilombos eram os refúgios que os escravos fugidos formavam. Os mesmos eram organizados no meio da floresta. Por isso o significado de “acampamento na floresta”, para a linguagem congo-angolana. As histórias mais significativas referem-se ao quilombo de Palmares, porém, a História brasileira aponta registros destes quilombos desde 1638.

Nestes locais os negros fugidos eram acolhidos e lhes eram assegurados moradia, dormida e alimentos. Estes alimentos, em sua maioria, eram saqueados, mais com passar do tempo passaram a viver da agricultura. Muitos quilombos foram destruídos por autoridades que tentavam capturar seus escravos. Partes dos negros conseguiam escapar e montavam outros quilombos.

Na realidade os quilombos representavam uma forma de resistência a escravidão, revoltando-se contra a forma cruel de vida que tinham. Os negros clamavam por liberdade e pelo direito de viver a cultura que foi arrancada com a escravidão.

Do século XX em diante, surgem notícias ainda da existência de quilombos ou comunidades remanescentes no Brasil. Nestes espaços, os povos conseguiram conservar suas tradições, manter as relações comunitárias de forma isolada. Com isso, todas as comunidades remanescentes reconhecidas passaram a ser colocadas como cultura material, passível de tombamento, o que contribuiu para que as mesmas passassem a ter direitos às terras em que estavam.

A partir do artigo 216 da Constituição Federal de 88, pode-se constatar este direito:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
I-as formas de expressão

- II- os modos de criar, fazer e viver
 - III- as criações científicas, artísticas e tecnologias;
 - IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas-culturais;
 - V- Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, artístico, arqueológicos, paleontológico, ecológico e científico.
- 5º-Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

No contexto atual, segundo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA ⁶, as comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas.

O reconhecimento destas comunidades é feito pela própria comunidade que se autorreconhece “remanescente de quilombo”. O amparo legal é dado pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, cujas determinações foram incorporadas à legislação brasileira pelo Decreto Legislativo 143/2002 e Decreto Nº 5.051/2004. Posteriormente a Fundação Cultural Palmares emitiu uma certidão sobre essa autodefinição.

Em 12 de março de 2004, o Governo Federal lançou o Programa Brasil Quilombola (PBQ), conjunto de ações inseridas nos diversos órgãos governamentais, com suas respectivas previsões de recursos, bem como as responsabilidades de cada órgão e prazos de execução. O órgão competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas é o Incra.

2.4.1 QUILOMBO DE PARATIBE

Conforme o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA⁷, no Estado da Paraíba, do litoral ao sertão, já foram identificadas 38 comunidades quilombolas. E boa parte dos quilombos paraibanos encontra-se em lugares de difícil acesso e em condições econômicas precárias.

⁶Site do INCRA. Disponível em: <www.incra.gov.br> Acesso em: 12.09.2015

⁷Site do INCRA. Disponível em: <www.incra.gov.br> Acesso em: 12.09.15



O quilombo de Paratibe está localizado na PB 008 e faz fronteira com o bairro de Mussumagro, no litoral sul do município de João Pessoa e possui uma área de preservação ambiental permanente. Sua comunidade possui aproximadamente 120 famílias remanescentes, ou seja, é uma população originária do período escravocrata, sendo reconhecido como quilombo em 11 de julho de 2006. No entanto, a comunidade possui mais de 200 anos, isto significa que ainda não havia sido promulgada a lei Áurea quando este quilombo passou a existir.

Ficha Resumo do Território	
Nome da Terra	Paratibe
Nome da(s) Comunidade(s)	Paratibe
Município	João Pessoa
Unidade da Federação	Paraíba
População	114 famílias
Dimensão Territorial	267,4308 hectares
Etapa do processo de titulação	RTID publicado no diário oficial
Superintendência Responsável	SR 18 Paraíba
Data da Última Atualização	30/07/2014

Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo.

http://www.cpis.org.br/terras/asp/ficha_territorio.aspx?terra=i&TerraID=2471

Ainda de acordo com o INCRA, os quilombolas tentam seguir o estilo de vida rural como: caça, pesca e artesanato. Entretanto, com o crescimento urbano do município de João Pessoa, atualmente a área de desmatamento neste quilombo vem aumentando gradualmente, o que descaracteriza o quilombo e traz problemas socioeconômicos.

Nem todas as comunidades possuem uma estrutura escolar, pois os alunos precisam se deslocar para outros bairros a fim de frequentar as aulas do ensino médio, e como existe a precariedade financeira para custear as passagens, muitos acabam desistindo. Além disso, muitos quilombolas são analfabetos ou analfabetos funcionais,⁸ o que torna difícil a continuação dos seus estudos.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), publicada em 2014 pelo IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o analfabetismo tem caído no país, mas ainda alcança 13 milhões de brasileiros acima de 15 anos, o que corresponde a 8,3% da população. É também preocupante a condição do analfabeto funcional. Compreende-se que o analfabetismo funcional caracteriza-se “pela incapacidade de exercitar certas habilidades de leitura, escrita e cálculo, necessários para a participação ativa da vida social em diversas dimensões”.

⁸ Disponível em: <<http://direcionalescolas.com.br/2015/03/03/analfabetismo-funcional-uma-realidade-brasileira/>> Acesso em: 12.09.15

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 PROBLEMA

A questão inicial que levou a pesquisadora deste estudo se interessar pela investigação deste tema foi: há ou não o autorreconhecimento de crianças negras da comunidade quilombola de Paratibe - PB como afrodescendentes no âmbito escolar?

A partir daí, outros questionamentos foram surgindo como: Por que muitas crianças, que fazem parte da comunidade quilombola, não querem a ela pertencer? O que a comunidade escolar está fazendo e/ou pode fazer para amenizar ou extinguir o próprio preconceito por parte das crianças? Quais atividades pedagógicas poderiam ajudar a escola ampliar a historicidade africana na vida escolar dos alunos?

Assim, esta pesquisa se justifica ao mostrar que o estímulo a autoidentidade afrodescendente no âmbito escolar da comunidade, como a de Paratibe, poderá trazer o reconhecimento da formação histórico/cultural dos afrodescendentes pelos quilombolas, além de se identificar as dificuldades relacionadas à ausência destes conteúdos.

3.2 HIPÓTESES

A escola, apesar de ser uma instituição importante na formação cidadã das crianças que a frequentam, não contribui de forma positiva para o reconhecimento da afrodescendência dos estudantes, pois não inclui em sua dinâmica cotidiana a compreensão da identidade social destes sujeitos.

3.3 OBJETIVOS

3.3.1 Objetivo geral

Analisar a historicidade afrodescendente como importante instrumento de autorreconhecimento da identidade das crianças na escola da comunidade quilombola Paratibe no Estado da Paraíba.

3.3.2 Objetivos específicos

- Apresentar sucintamente a história dos afrodescendentes e dos quilombos no Brasil;
- Compreender o processo do autorreconhecimento da identidade afrodescendente na Educação como instrumento de combate ao racismo;
- Identificar se o âmbito escolar funciona como um espaço de construção da historicidade afrodescendente, incentivando o autorreconhecimento da identidade negra.

3.4 O CAMPO DE PESQUISA

Este estudo teve como campo de pesquisa o Quilombo Paratibe que está localizado em terras do Estado da Paraíba. Às margens da PB-008, que liga João Pessoa às praias do litoral sul do Estado. Localizada a pouca distância da orla marítima, a área onde vivem as famílias de Paratibe é cortada por um curso de água importante: o Rio Cuiá, pouco utilizado para pesca. Possui também uma grande área de mangue e de mata que servem para coletas de caranguejo e algumas espécies vegetais. Existem ainda áreas cobertas por espécies importantes da flora original local e de frutíferas que serve como complementação de renda familiar: o caju, a mangaba, o cajá, a fruta-pão, a manga e o dendê, entre outras.

A Comunidade Negra de Paratibe requereu a abertura do processo para a regularização de seu território junto ao INCRA-PB em novembro de 2007. Atualmente são realizadas atividades tentando resgatar um pouco de suas tradições.

3.5 OS SUJEITOS

Os sujeitos da pesquisa foram dez alunos da escola cujo pré-requisito para participar deste estudo seria poder ser morador ou não do quilombo de

Paratibe. Foram entrevistados 05 (cinco) alunos do 4º ano e 05 (cinco) do 5º ano, todos entre as faixas etárias de 09 e 13 anos. A abordagem dos entrevistados aconteceu nesta mesma escola. Vale ressaltar que os alunos A, B, C, D e E do 4º ano, tinham todos 10 anos de idade, e os alunos F, G, H, I e J do 5º ano, tinham idades variadas entre 09 a 13 anos.

3.6 OS INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

O desenvolvimento desta pesquisa se deu a partir de levantamentos bibliográficos e pesquisa qualitativa. As técnicas utilizadas foram observações sistemáticas. Conheceu-se o projeto político pedagógico e outros projetos extracurriculares. A entrevista foi semiestruturada, obedecendo às diretrizes do roteiro.

O trabalho de campo aconteceu no dia 27 de julho de 2015 e 29 de julho de 2015. Durante a primeira visita a escola, em 20 de julho de 2015, não foi elaborado nenhum roteiro, apenas apresentação do projeto para a gestão, em que foram explicados os objetivos da pesquisa, buscando-se saber qual eram os documentos exigidos pela escola que seriam necessários para aplicação da pesquisa.

Como só havia um único espaço (sala dos professores) disponibilizado pela escola para a realização das entrevistas, em alguns momentos, elas tiveram de ser interrompidas, ocorrendo um fluxo de entrada e saída de professores na sala. Contudo, essas dispersões não prejudicaram as entrevistas, pois os alunos entrevistados não desviaram sua atenção ao responder o questionário.

O retorno à escola, no dia 29 de julho de 2015, serviu para completar esta pesquisa. Neste dia, a pesquisadora conheceu o Projeto Político Pedagógico e outros projetos extracurriculares da escola que contemplavam a comunidade quilombola de Paratibe.

As entrevistas foram realizadas na Comunidade de Remanescentes do Quilombo de Paratibe com base em um questionário elaborado pela pesquisadora deste estudo. Todas foram gravadas com a prévia autorização

dos entrevistados, os quais foram convidados pela diretora a participar como voluntários da pesquisa.

No decorrer da pesquisa de campo, observou-se que, apesar dos objetivos do PPP da escola estivessem relacionados mais à parte teórica do projeto do que a parte prática, havia certo empenho da escola em querer agregar as atividades da comunidade quilombo para a escola como, por exemplo, proporcionava a prática da capoeira, do futsal e o desenvolvimento do projeto de resgate as comunidade quilombolas.

Antes da realização das entrevistas com os sujeitos da pesquisa, a pesquisadora explicou a respeito da sua finalidade deste estudo e de que forma deveriam ser respondidas as entrevistas pelos alunos, ressaltando que eles poderiam respondê-las livremente, usando linguagem própria e emitindo suas opiniões. Além disso, falou-se sobre a importância da clareza das respostas, mostrando-se que se tratava de um instrumento essencial para a pesquisa. Foram formuladas questões, sendo duas objetivas e duas subjetivas.

Os alunos se mostraram motivados a responder, sobretudo o que lhes foi perguntado, e o período de aplicação foi de 30 minutos em cada turma. Por sugestão da professora, somente 10 (dez) alunos participaram, 5 (cinco) de cada turma, os quais foram escolhidos aleatoriamente pela pesquisadora de acordo com a disponibilidade dos alunos.

3.7 ANÁLISE DOS DADOS

Esta pesquisa possui parte de seus dados coletados em um campo, visto que a fonte da pesquisa foi no Quilombo Paratibe, no qual a pesquisadora utilizou a observação e o conhecimento empírico.

É também de natureza qualitativa, pois, a análise de dados foi feita pela pesquisadora com base em problemas específicos, usando-se de instrumento como o Projeto Pedagógico da Escola, um Projeto Extracurricular da mesma instituição e as entrevistas para a coleta de dados.

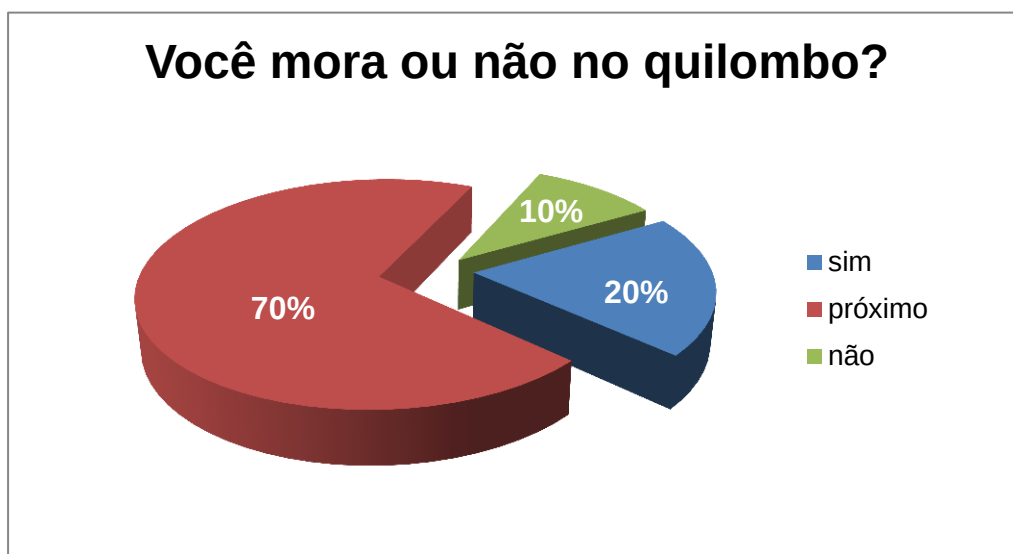
Desse modo, após realizadas as entrevistas com os alunos da escola do Quilombo Paratibe e as suas transcrições, a pesquisadora passou para a análise dos dados a ser discutida no próximo capítulo.

4. A HISTORICIDADE DA IDENTIDADE AFRODESCENDENTE NA EDUCAÇÃO ESCOLAR DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PARATIBE

O conteúdo afrodescendente nas escolas é um desafio tanto para os alunos quanto para os professores. Para os alunos, por terem que enfrentar todos os obstáculos inerentes ao preconceito que possa existir no âmbito escolar. Para os professores, pelo desafio de repassar o conteúdo que cria expectativas negativas para os alunos. Nesse estudo, buscou-se coletar dados que dizem respeito à conduta do corpo escolar quanto ao conteúdo sobre afrodecendência na escola, compreendendo-se os mecanismos que podem viabilizar o melhor desenvolvimento desse conteúdo.

A primeira pergunta feita aos entrevistados foi se moravam ou não no quilombo. Sobre a análise da primeira questão se os alunos moravam no quilombo, duas crianças responderam que sim: sete que moravam perto e uma que morava distante, mesmo a professora tendo indicado que os mesmos moravam. Pode-se deduzir, então, a partir das respostas dados pelos alunos sujeitos, nota-se que apesar do trabalho realizado na escola sobre o conteúdo da afrodecendência, as crianças não querem pertencer à comunidade, ou seja, a inerência da autodefinição deste sujeito.

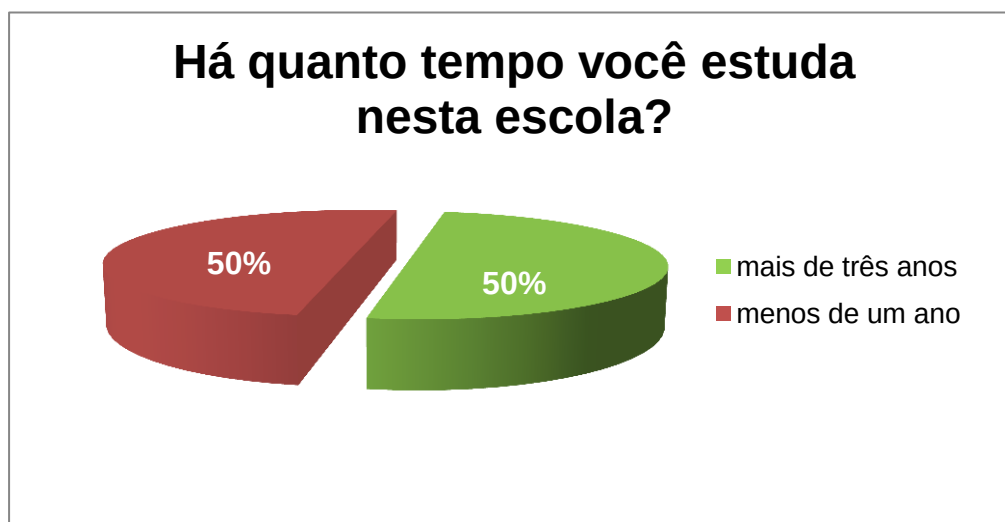
Gráfico 01: Pergunta 01



Fonte: do autor

A segunda pergunta foi sobre o tempo que estudavam nesta mesma escola. Cinco alunos responderam que fazia mais de três anos que estudavam lá e cinco que fazia menos de um ano.

Gráfico 02: Pergunta 02



Fonte: do autor

Depois de responderem, as crianças começaram a conversar entre si. Perguntou-se se a escola fazia atividades referentes à africanidade como danças, músicas e jogos. Em uma conversa informal, os alunos que tinham mais de três anos na escola afirmaram que só tinham presenciado apresentações africanas uma ou duas vezes durante o tempo que estavam na instituição. Os cinco alunos que possuíam mais de três anos na escola alcançaram a gestão anterior, e os cinco demais, com menos de um ano, eram da gestão atual.

É notório que é preciso Introduzir o aluno dentro de um processo teórico/prático/os fundamentos teóricos dos elementos constitutivos da cultura Africana, para o crescimento da autoidentidade entre os alunos e amenização do racismo que ainda possa existir no âmbito escolar. Por isso, a importância da Lei 10.639/03 que obriga o estudo da História e da Cultura Afro-Brasileira no Ensino Fundamental e Médio nas escolas brasileiras. Faz-se urgente promover uma educação que reconheça e valorize a diversidade, estando comprometida com as origens do povo brasileiro.

Após as duas perguntas objetivas, as demais perguntas subjetivas proporcionaram uma abertura para que o aluno discutisse de forma oral sua

opinião. Perguntou-se como seria o dia-a-dia na escola. Todos eles comungavam da mesma ideia:

“Eu chego vou pra sala. Ai quando a professora chega vou fazer tarefa. De 3 (três) horas vou para o recreio brincar. Depois volta...”

Aluno B do 4º ano.

Eles afirmaram que o que mais gostavam de fazer durante toda a rotina escolar era ir para o recreio ou fazer educação física. Como relata o aluno I do 5º ano.

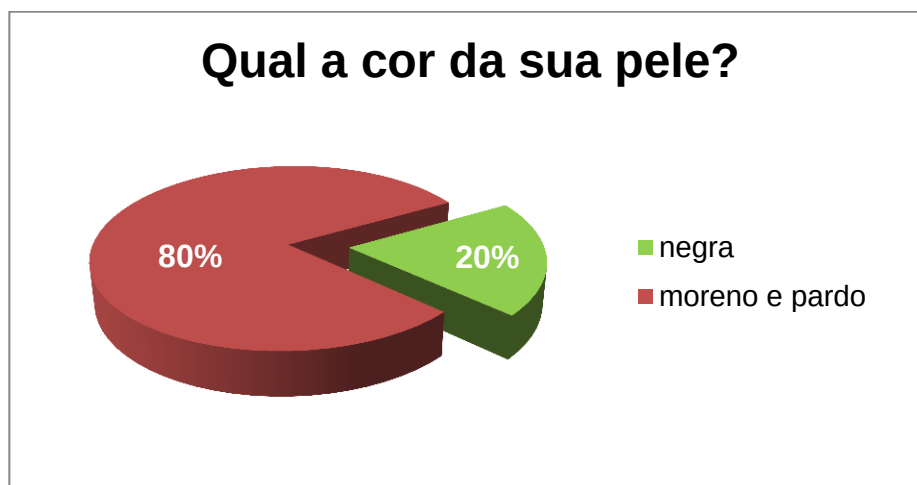
“O que mais gosto é da educação física e o recreio...”

O aluno precisa ser incentivado através de aulas bem preparadas, laboratórios de estudo, ambiente lúdico para aprendizagem, alimentação saudável e equilibrada, incentivo através da integração com outros alunos e esportes. Um aluno estimulado aprende mais, absorve melhor o conteúdo da aula, se prepara para o futuro, pois aquilo que aprende com incentivo é guardado para toda a vida. Por isso, a importância do conteúdo afrodescendente nas escolas na erradicação do racismo institucional.

Por último, perguntou-se qual a cor de cada um dos alunos. Do total de dez crianças, apenas duas se identificaram negras, e as demais responderam que tinham sua cor entre moreno e pardo. Como demonstra o aluno J do 5º ano:

“... Pardo caramelado.”

Observou-se que a cor da pele de 09 das crianças que responderam era negra. Percebeu-se, portanto, a dificuldade dos educandos aceitarem a cor de sua pele, podendo-se interpretar que este fato é uma provável consequência do racismo velado.

Gráfico 03: Pergunta 03

Fonte: do autor

O racismo é um assunto instigante por natureza, e quando associado ao âmbito escolar, gera ainda mais questões que precisam ser esclarecidas por meio de discussões e ações conscientes sobre a temática.

A escola tem, portanto, um papel importante na afirmação da autoidentidade positiva e na construção da autoestima da criança negra, para que ali desde cedo, ela aprenda a apreciar sua imagem, reforçar a beleza de sua cor, de seu cabelo e suas habilidades, não rejeitando, assim, suas características raciais.

Por fim, verificou-se que no PPP (Projeto Político Pedagógico), a escola descreve que atende uma comunidade caracterizada zona urbana e rural com nível social econômico de baixa renda. Além disso, trabalha-se com projetos escolares, aula passeio, promoção de palestras educativas com a comunidade com temas transversais, orientação sexual, Violências, discriminação social, álcool, drogas etc.

A escola também possui um projeto interdisciplinar com o quilombo de Paratibe que tem como tema a diversidade e a influência cultural e religiosa em Paratibe. Seu objetivo é possibilitar aos alunos conhecimentos da cultura afro-brasileira, indígena e a influencia da cultura dos nossos colonizadores, através das artes cênicas e plásticas, doenças e costumes, vestimentas, adereços e religião e de modo particular através da própria historiografia da comunidade quilombola existente em Paratibe.

O projeto seria realizado na primeira semana de novembro, já visando o dia da consciência negra. Os projetos de culminância possibilitam ao aluno visibilidade para o processo de aprendizagem pelo qual passou e apresentar o trabalho da turma para a comunidade e aos pais, os quais, por sua vez, são estimulados a perceber o avanço de seus filhos.

No entanto, a discussão sobre a temática negra na escola se faz necessária durante todo o ano letivo. Isso ajudaria as crianças de todas as regiões abrangentes, principalmente do quilombo, no processo de autorreconhecimento e ao respeito mútuo. Além do mais, a inclusão de assuntos ligados à África e ao povo negro na educação formal é uma das estratégias para reconhecer a presença desse grupo na história do Brasil.

Através da comparação do PPP com a entrevista feita aos alunos, percebeu-se que apesar das contribuições da escola, os alunos ainda sentem necessidades de mais atividades africanas. Como mostra as falas dos alunos A, B, C, D e E do 4º ano:

“Aqui já teve uma peça, mais foi no ano passado...”.

“... Sempre tem mais sempre demora!”

Conclui-se, portanto, que a verdadeira participação escolar é a conquista, em um determinado contexto sociocultural, da concretização do seu PPP, tendo-se o esforço contínuo da gestão e docentes para a conscientização da importância do PPP, garantindo sua execução e avaliação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo foi o de se analisar a historicidade afrodescendente como importante instrumento de autorreconhecimento da identidade das crianças na escola da comunidade quilombola Paratibe no Estado da Paraíba. Diante disso, observou-se, no decorrer da pesquisa, que a escola do Quilombo de Paratibe pouco explora no processo de ensino aprendizagem, os temas que abordam o ensino da cultura e história do negro no cotidiano dos alunos.

Ou seja, na escola da comunidade quilombola Paratibe, o ensino sobre a historicidade afrodescendente não é o suficiente para incentivar as crianças a se posicionarem quanto às suas origens, no momento em que não se identificam como moradoras da comunidade ou quando não se apresentam de cor negra.

Sem deixar de considerar, ao longo dos anos, os avanços obtidos com as leis que ajudam a cultura do negro ter seu espaço, é incontestável que mudanças significativas ainda precisam acontecer na sociedade, principalmente, no meio Educacional. É imprescindível que temas como autorreconhecimento da identidade afrodescendente, racismo, historicidade afrodecendênte devam ser não apenas lançados nas aulas, mas também amplamente discutidos pela comunidade escolar (professores, técnicos, alunos) como um todo. Os alunos precisam também conhecer e aprofundar seus conhecimentos sobre as causas e consequências da dispersão dos africanos pelo mundo, abordando-se a História da África antes da escravidão.

Observou-se que, na escola da comunidade quilombola Paratibe, a prática pedagógica voltada para que a historicidade afrodescendente seja um importante instrumento de autorreconhecimento da identidade das crianças pode ocorrer de forma mais intensa, tendo em vista que a escola se encontra em território que abrange a comunidade remanescente.

Assim, a escola não pode ser uma instituição de educação cujas ações sejam estáticas e inertes à realidade da sociedade local como a do citado quilombo. Nele, existe a necessidade de se mostrar e ensinar a cultura dos negros e suas múltiplas dimensões para os afrodescendentes dentro daquela comunidade escolar.

Esta pesquisa alcançou seus objetivos específicos ao apresentar sucintamente a história dos afrodescendentes e dos quilombos no Brasil, compreendendo-se o processo do autorreconhecimento da identidade afrodescendente na Educação como instrumento de combate ao racismo; e identificou-se que o âmbito escolar funciona como um espaço de construção da historicidade afrodescendente, mas que precisa ser um dos maiores incentivadores do autorreconhecimento da identidade negra.

A escola, apesar de ser uma instituição importante na formação cidadã das crianças que a frequentam, não contribui de forma positiva para o reconhecimento da afrodescendência dos estudantes, pois não inclui em sua dinâmica cotidiana a compreensão da identidade social destes sujeitos.

Enfim, conclui-se que se por um lado cabe à escola conscientizar seus alunos que o povo negro teve fundamental importância na formação sociocultural do Brasil, por outro lado, ao professor cabe, em sua prática pedagógica, auxiliar seu aluno a desfazer opiniões preconceituosas e antigas, formadas ao decorrer da vida escolar e fora dela.

REFERÊNCIAS

BEJAMIM, Roberto Emerson Câmara. **A África está em nós: história e cultura afro-brasileira**. João Pessoa: Editora Grafiset, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Disponível em: <<http://direcionalescolas.com.br/2015/03/03/analfabetismo-funcional-uma-realidade-brasileira/>> Acesso em: 12.09.15

Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.com/sociologia/identidades-nacionais-etnico-raciais-diferencas-culturais.htm>> Acesso em: 08.11.2015

Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/articulacao/sinapir>> Acesso em: 30.08.2015

Disponível em: <<http://www.alunosonline.com.br/sociologia/identidade-cultural.html>> Acesso em: 10.10.2015

IANNI, Otávio. **A dialética das relações raciais**. Disponível em: <<http://www.Sociologia.com.br/arti/colab/a16-oianni>>. Acesso em: 09.10.2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE, 2008. **Notas Técnicas**: Histórico da investigação sobre cor ou raça nas pesquisas domiciliares do IBGE.

LUZ, Narcimária. O Patrimônio Civilizatório africano no Brasil. In: SANTOS, Joel Rufino (org.). **Negro Brasileiro Negro**. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 25, 1997, p. 199 – 209.

MATTOS, Hebe Maria. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil**: Império. São Paulo: Companhia das Letras, Vol. 02. 1997.

PETRUCCELLI. J.L.; SABOIA.A.L. (orgs) *Características étnico-raciais da população, classificações e identidades*. Estudos & Análises. Informação demográfica e socioeconômica 2. Rio de Janeiro: IBGE. 2013.

QUILOMBOS DA PARAÍBA. Disponível em: <<http://quilombosdaparaiba.blogspot.com.br/2012/04/quilombos-do-brasil-e-da-paraiba.html>> Acesso em: 12.11.2015

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. **Memória D África**: a temática em sala de aula. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Francisca Cordélia Oliveira da. **Etnia, cor e raça**: aspectos discursivos do uso institucional. In: Encontro Nacional de Interação em Linguagem Verbal e Não-Verbal, VIII, 2007, São Paulo. Anais. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007, v. 1, p. 1 – 11.
Disponível em:

<http://www.fflch.usp.br/dlcv/enil/pdf/64_Francisca_Cordelia_OS.pdf> Acesso em: 08.08.2015

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **DICIONÁRIO DE CONCEITOS HISTÓRICOS**. São Paulo: Contexto; 2006.

Site do INCRA. Disponível em: < www.incra.gov.br > Acesso em: 12.09.2015

SOUSA, Rainer. Disponível em:<<http://www.brasilecola.com/historia/democracia-racial.htm>> Acesso em: 13.10.2015.

TAYLOR, Charles. A política do reconhecimento. In: **Argumentos filosóficos**. São Paulo: Loyola, 2000, p. 241.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Texeira; PEREIRA, Ana Lúcia Danilevich. **História da África e dos africanos**. Petrópolis: Vozes, 2013.

WIEVIORKA, Michel. **O racismo**: uma introdução. (tradução FanyKon) São Paulo: Perspectiva, 2007.